

Comissão propõe criação de novo tribunal superior

GLOBO *das Const - JUSTIÇA*
- 9 AGO 1966
A criação de um Supremo Tribunal de Justiça (STJ), para substituir o Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento de recursos extraordinários, foi proposta ontem pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais à Assembléia Nacional Constituinte. O STJ terá as atribuições do STF, que, por sua vez, será essencialmente um tribunal constitucional.

Ao encerrar ontem o capítulo sobre o Poder Legislativo, a Comissão aprovou o fim do decreto-lei, por considerá-lo intrinsecamente autoritário, apesar de o relator Bolivar Lamounier defender a sua manutenção como um instrumento rápido e admissível, se bem utilizado. Ele deu o exemplo da Itália, que aceita o decreto-lei, rejeitando-o por decurso de prazo. No Brasil, o decurso de prazo é usado para a aprovação de decretos-lei.

Sobre pontos que ficaram pendentes desse capítulo, a Comissão se declarou favorável ao fim da candidatura nata. Quer que todos os candidatos, incluindo-se os que concorrem à reeleição, sejam submetidos à aprovação das Convenções partidárias. No texto, a

Comissão não faz qualquer menção às relações dos partidos com organizações estrangeiras.

A Comissão estendeu seus trabalhos até o início da madrugada de hoje, com o objetivo de encerrar a avaliação do capítulo sobre o Poder Judiciário, que tem cerca de 120 artigos. Além da criação do STJ, decidiu-se que caberá ao Judiciário elaborar seu próprio orçamento, que até então é determinado pelo Executivo.

Aboliu-se ainda a taxa judiciária e foi restituída ao STF a atribuição de votar originariamente um pedido de habeas corpus, caso haja o perigo de se consumir a violência.

● Com a aprovação da "Carta de Belém", encerrou-se ontem, naquela capital, a 11ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados, que discutiu teses e sugestões que serão levadas à Assembléia Nacional Constituinte. A extinção da Justiça Militar, que para o advogado de Goiás Francisco Moreira "é uma Justiça de exceção, não mais se justificando", e a desvinculação da Justiça do Trabalho do Poder Executivo, defendida pelo advogado Reginaldo Felker, foram debatidas ontem e incluídas na Carta. Dois outros temas que figuram no documento: maior respeito às comunidades indígenas e a execução do plano de reforma agrária.

Ministro lamenta que eleição para Constituinte não empolgue público

BRASILIA — Em seu pronunciamento na abertura do Encontro sobre a Constituinte, promovido pelo Ministério do Interior e Fundação Rondon, o Ministro Ronaldo Costa Couto afirmou que a futura Constituição será "esplêndida ou mediocre", na medida em que reflita, ou não, "os problemas e os sonhos viáveis do povo brasileiro".

— Preocupa-me que, a 90 dias das eleições, o tema, tão grave e tão importante, não tenha ainda empolgado a opinião pública — disse o Ministro do Interior, lembrando que uma pesquisa de opinião recente mostrou que menos de um terço da população tem informações claras sobre o que é a Constituinte.

Costa Couto frisou que temas fundamentais, como o da preservação da iniciativa privada, serão discutidos pelos eleitos de 15 de novembro, e por isso é indispensável

que todos os brasileiros estejam conscientes de que, ao voltarem para o Senado e a Câmara dos Deputados, "estarão dando uma procuração de plenos poderes aos eleitos".

— Estamos diante da preciosa oportunidade de lançar sólido alicerce e, sobre ele, construir um grande País livre e soberano — acrescentou o Ministro do Interior, fazendo, no entanto, uma advertência: "Que ninguém se iluda: a nova Constituição não será a panacéia do subdesenvolvimento, não será uma vara de condão, capaz de exorcizar nossas misérias e seqüelas econômicas e sociais. E, por mais sábios que sejam os seus preceitos, sequer terá grande influência, se estes não estiverem sintonizados e apoiados na verdadeira realidade política, econômica e social do País".